
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA,
PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A. N.º
CSBRA20140400151**

entre

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
como Emissora

CRÉDITO CORPORATIVO BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
como Debenturista

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e na qualidade de fiadores

POSITIVO INFORMÁTICA DA AMAZÔNIA LTDA.

e

POSITIVO INFORMÁTICA DA BAHIA LTDA.

Datado de
30 de abril de 2014

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A. N.º CSBRA20140400151

Pelo presente instrumento particular:

- I. Na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

POSITIVO INFORMÁTICA S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), categoria A, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5200, CIC, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 81.243.735/0001-48, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora”); e

- II. Na qualidade de Debenturista (conforme definido abaixo),

CRÉDITO CORPORATIVO BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.708.019/0001-07, aqui representado por seu gestor **CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 11º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.121.792/0001-13, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

- III. Na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), representando a comunhão dos titulares de tempos em tempos das Debêntures (“Debenturistas”),

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

e, ainda,

- IV. Na qualidade de fiadores (em conjunto, “Fiadores”),

POSITIVO INFORMÁTICA DA AMAZÔNIA LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida dos Oitis, nº 2449, bairro Armando Mendes, CEP 69075-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.239.748/0001-53, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Positivo Amazônia”); e

POSITIVO INFORMÁTICA DA BAHIA LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de

Ilhéus, Estado da Bahia, na Rua Rotary, nº 67, bairro Cidade Nova, CEP 45652-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.612.286/0001-30, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Positivo Bahia”),

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar este “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Privada, da Positivo Informática S.A. nº CSBRA20140400151” (“Escritura de Emissão”), de acordo com os termos e condições a seguir.

Para fins desta Escritura de Emissão, “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados declarados nacionais e dias em que não haja expediente bancário aberto ao público no local da sede da Emissora.

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) é realizada com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 24 de abril de 2014 (“RCA”), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, “Lei das Sociedades por Ações”), que aprovou os termos e condições da Emissão, bem como a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido).
- 1.2 A garantia fidejussória da presente Emissão é concedida pelos Fiadores de acordo com as deliberações tomadas (i) na Reunião de Quotistas da Positivo Amazônia realizada em 29 de abril de 2014; e (ii) na Reunião de Quotistas da Positivo Bahia realizada em 29 de abril de 2014, as quais aprovaram a concessão da Fiança (conforme definido abaixo) (“Aprovação dos Fiadores”).

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão será realizada com observância aos seguintes requisitos:
 - I. *arquivamento e publicação da ata da RCA.* A ata da RCA deverá ter sido arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná (“Junta Comercial”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE) e nos jornais Brasil Econômico e Metrópole, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.
 - II. *arquivamento e publicação das atas da Aprovação dos Fiadores.* As atas da aprovação societária dos Fiadores referidas na Cláusula 1.2 acima serão devidamente arquivadas perante as juntas comerciais competentes e publicadas no diário oficial do local de sua sede, bem como em jornal de grande circulação utilizado pelos Fiadores para suas publicações societárias.
 - III. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido inscritos na Junta Comercial, nos termos do inciso II e do parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede das partes identificadas do preâmbulo da Escritura de Emissão, quais sejam, Curitiba-PR,

São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Manaus-AM e Ilhéus-BA;

- IV. *registro para custódia.* As Debêntures deverão ter sido registradas para custódia eletrônica na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia eletrônica das Debêntures realizada por meio da CETIP. As Debêntures não serão registradas para negociação mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP;
- V. *ausência de registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).* As Debêntures serão objeto de distribuição privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, não estando sujeita a registro perante a CVM ou a ANBIMA; e
- VI. *assinatura e registro dos Contratos de Garantia Real (conforme abaixo definido).* Até a Data de Emissão (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia Real deverão ter sido assinados e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido) registrado, na forma nele prevista, nos respectivos cartórios competentes.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *A Emissora tem por objeto social:* a) a industrialização, comercialização, distribuição, locação e assistência técnica de bens e equipamentos de qualquer natureza na área de informática e eletro-eletrônica; b) o desenvolvimento, comercialização e locação de softwares e sistemas diversos; c) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletro-eletrônica; d) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino; e) a prestação de serviços na área de informática; f) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros; g) a editoração e comercialização de livros; h) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Emissora; e (i) o desenvolvimento e manutenção de portal, provedor de conteúdo ou outros serviços de informação e veiculação de conteúdo na internet.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas de curto prazo e ao reforço do seu capital de giro.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Colocação.* A distribuição das Debêntures será privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e sem qualquer esforço de venda perante o público geral, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo.
- 5.2 *Preço de Subscrição e Forma de Integralização.* As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, a exclusivo critério dos Debenturistas, observando-se para tanto as disposições desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável. Caso os Debenturistas

decidam subscrever as Debêntures, esta deverá ocorrer pelo Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de sua efetiva subscrição e integralização, mediante a assinatura dos boletins de subscrição correspondentes, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das respectivas Debêntures.

5.2.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, com ágio ou deságio, se for o caso, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Vinculada (conforme definido abaixo) fora do âmbito da CETIP, sendo certo que o ágio ou deságio será o mesmo para todos que subscreverem e integralizaram Debêntures na mesma data.

5.3 *Negociação das Debêntures.* As Debêntures não serão registradas pela Emissora para negociação no mercado secundário, através do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, operacionalizado e administrado pela CETIP. As Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP. Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder e alienar, as Debêntures, em caráter privado, observada a regulamentação aplicável, exclusivamente em mercado de balcão não organizado.

5.4 *Negociação das Debêntures via Oferta Pública Secundária.* Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, decidir, a seu exclusivo critério, pela negociação pública das Debêntures que tiver adquirido, via oferta pública secundária, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ou da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, concordando, desde já, a Emissora com referida possibilidade. Nessa hipótese, a Emissora se obriga a colaborar com os Debenturistas, tomando todas as providências e fornecendo todas as informações e declarações necessárias para viabilizar a realização da oferta pública secundária, sendo que os custos relacionados a esta serão arcados pelos Debenturistas.

5.4.1 Caso ocorra oferta pública secundária das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 5.4 acima, as Partes se comprometem a firmar aditamento a esta Escritura de Emissão com o objetivo de refletir as alterações necessárias, conforme aplicável.

5.4.2 Todos os Debenturistas que venham a adquirir Debêntures, seja por meio de negociação privada, seja por meio de oferta pública secundária, ficarão obrigados a observar o disposto nesta Escritura de Emissão.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª emissão da Emissora.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor de Emissão").

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 100 (cem) Debêntures.

6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.7 *Tipo e Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.9 *Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.* O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"). O escriturador mandatário das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.10 *Garantias Reais.* A Emissora constituirá, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, direitos reais em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora e pelos Fiadores relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, gravando de ônus reais os seguintes bens e/ou direitos de titularidade da Emissora, conforme o caso (em conjunto, "Garantias Reais"): (i) penhor de determinados estoques de peças e produtos existentes no ativo da Emissora, de propriedade da Emissora, desde que não previamente onerados pela Emissora, nos termos e condições a serem descritos no respectivo instrumento a ser celebrado até a Data de Emissão entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e demais partes lá identificadas ("Contrato de Penhor de Estoque"), o qual deverá ser registrado nos competentes cartórios, na forma nele prevista, e em todo caso em até 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação do contrato aos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, observado o prazo para protocolo constante do Contrato de Penhor de Estoques; (ii) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios, de titularidade da Emissora, principais e acessórios, contra seus clientes, decorrentes da comercialização de seus produtos em geral, decorrentes de obrigações já cumpridas pela Emissora ("Recebíveis Onerados"), bem como determinados direitos creditórios da Emissora, principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da titularidade das contas mantidas pela Emissora junto a instituições financeiras que venham a receber os Recebíveis Onerados e de contas vinculadas mantidas pela Emissora junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco Custodiante"); em ambos os casos, desde que não previamente onerados pela Emissora, nos termos e condições a serem descritos no respectivo instrumento a ser celebrado até a Data de Emissão entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o Banco Custodiante ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), o qual deverá ser registrado nos competentes cartórios, na forma nela prevista até a Data de Emissão; e (iii) alienação fiduciária de imóvel da Emissora, desde que não previamente onerados pela Emissora, nos termos e condições a serem descritos no respectivo

instrumento a ser celebrado até a Data de Emissão entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel” e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Estoque e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, doravante denominados “Contratos de Garantia Real”), o qual deverá ser registrado nos competentes cartórios, na forma nele prevista, e em todo caso em até 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação do contrato aos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, observado o prazo para protocolo constante do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel. Observados os prazos e condições para a constituição das Garantias Reais, conforme disposto em seus respectivos instrumentos, estas deverão corresponder, em conjunto, após a devida constituição e a todo tempo durante a vigência das Debêntures, a, no mínimo, 110% (cento e dez por cento) de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia Real e dos demais documentos relacionados às Debêntures, conforme prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos.

6.10.1 Fica desde já certo e ajustado que a não observância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

- 6.11 *Garantia Fidejussória.* Os Fiadores, neste ato, obrigam-se solidariamente entre si e com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis por todas as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração, multa por Evento de Vencimento Antecipado e Inadimplemento de Obrigação Não Pecuniária (descrito na Cláusula 6.21 abaixo) e os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia Real, inclusive verbas de caráter indenizatório (“Fiança” e, em conjunto com as Garantias Reais, as “Garantias”), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333 § único, 364, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “Código Civil”), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o “Código de Processo Civil”).

6.11.1 Os Fiadores obrigam-se a pagar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio de notificação escrita enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido, todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores na conta bancária indicada pelo Agente Fiduciário na notificação de que trata esta Cláusula, fora do ambiente da CETIP, renunciando os Fiadores a quaisquer discussões de mérito, ação, disputa, reclamação ou formalidades adicionais de qualquer natureza, uma vez recebida a notificação indicada acima.

6.11.2 A Fiança prestada pelos Fiadores constitui uma promessa de pagamento válida, exequível e incondicional, devendo os Fiadores cumprir todas as suas obrigações decorrentes desta Fiança sem oposição de qualquer exceção ou objeção, sendo certo, ainda, que, caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada, por qualquer motivo, ilegal, inválida ou ineficaz, todas as demais disposições aqui contidas permanecerão lícitas, válidas e eficazes em relação aos Fiadores.

6.11.3 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar a Fiança, total ou parcialmente, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão. Caso os Fiadores recebam da Emissora, por pagamento voluntário, por erro ou em cumprimento de ordem judicial, qualquer valor referente à Fiança, enquanto os Debenturistas ainda não tenham recebido todos os valores a eles devidos, os Fiadores se obrigam, imediatamente, a repassar a quantia recebida aos Debenturistas.

6.11.4 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos pela Emissora.

6.11.5 A Fiança é outorgada em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos termos aqui previstos.

6.11.6 Fica estabelecido que esta Escritura de Emissão será levada a registro nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua assinatura.

6.11.7 A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos desta Escritura de Emissão para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 09 de maio de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Data de Vencimento.* A data de vencimento das Debêntures será 11 de abril de 2016 ("Data de Vencimento"), sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, em especial no que diz respeito ao Cronograma Alternativo (conforme abaixo definido).
- 6.14 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua

página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (*Spread*, conforme abaixo definido) calculada ao ano, equivalente a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, de acordo com o *Rating* (conforme definido abaixo) das Debêntures, conforme descrito na Cláusula 6.15.1.1 abaixo ("Remuneração").

6.15.1 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1), \text{ onde:}$$

J: valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros: Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

FatorDI: produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k) , \text{ onde:}$$

n: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

TDI_k : Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(DI_k + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 , \text{ onde:}$$

DI_k : Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator*Spread*: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\text{spread} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

Spread: sobretaxa informada com 4 (quatro) casas decimais, variável de acordo com o *Rating* das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.15.1.1 abaixo;

DP: número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.15.1.1. Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (v) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;
- (vi) Para os fins desta Escritura de Emissão, (i) "Rating" significa a classificação de risco na modalidade *rating* ou *credit assessment* atribuída às Debêntures pela Agência de *Rating* (conforme definido abaixo), observado que, sempre que a Agência de *Rating* divulgar e encaminhar ao Agente Fiduciário as classificações de risco em letras maiúsculas (brA+ e brBBB, por exemplo), tal classificação será interpretada como da modalidade *rating*, e sempre que a Agência de *Rating* divulgar classificações de risco em letras minúsculas (bra+ e brbbb, por exemplo), tal classificação será interpretada como da modalidade *credit assessment*; e (ii) "Agência de Rating" significa a Standard & Poor's Rating Services;
- (vii) Na hipótese de eventual diferença entre classificação de risco na modalidade *rating* ou *credit assessment* atribuída às Debêntures pela Agência de *Rating*, será sempre considerada, para fins desta Escritura de Emissão, a classificação mais recente;
- (viii) O *Rating* das Debêntures deverá ser feito pela Agência de *Rating*;
- (ix) O *Spread* aplicável à Remuneração a partir da Data de Emissão, inclusive, será 2,00% (dois inteiros por cento) ("Spread Inicial");

- (x) Na hipótese de a classificação de risco (*Rating*) das Debêntures ser rebaixada para *Rating* inferior a brBBB pela Agência de *Rating*, a qualquer tempo, a Remuneração passará a ser referenciada pelo *Spread* Inicial acrescido de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) calculado ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, por cada nível de classificação (*notch*) inferior a brBBB, a partir do primeiro dia do Período de Capitalização em que houver tal rebaixamento. Para fins de esclarecimento, cada rebaixamento de nível de classificação (*notch*) inferior a brBBB fará jus ao acréscimo no *Spread* Inicial de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), conforme descrito acima, ou seja, o primeiro nível de classificação (*notch*) inferior a brBBB fará jus ao acréscimo no *Spread* Inicial de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), o segundo nível de classificação (*notch*) inferior a brBBB fará jus ao acréscimo no *Spread* Inicial de 1,00% (um inteiro por cento) e assim sucessivamente;
- (xi) Na hipótese de o *Rating* das Debêntures ser rebaixado pela Agência de *Rating* uma ou mais vezes, conforme previsto no item (x) acima, e posteriormente vir a ser aumentado pela Agência de *Rating* para classificação que seja igual ou superior a brBBB, a Remuneração será referenciada pelo *Spread* Inicial a partir do Período de Capitalização seguinte à reclassificação; e
- (xii) Na ocorrência de alteração do *Rating* das Debêntures que afete o *Spread* da Remuneração, a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas imediatamente, por escrito, a fim de cientificá-los do novo *Spread* aplicável, devendo, ainda, comunicar à CETIP em até 5 (cinco) Dias Úteis após a alteração.

6.15.2 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período ("Período de Capitalização").

6.15.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, observado que, caso a Taxa DI posteriormente divulgada seja superior a taxa utilizada para o cálculo da Remuneração, será devida, pela Emissora, a diferença entre ambas as taxas. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.15.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração

das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, observado que, caso a Taxa DI posteriormente divulgada seja superior a taxa utilizada para o cálculo da Remuneração, será devida, pela Emissora, a diferença entre ambas as taxas.

6.15.5 Na hipótese prevista na Cláusula 6.15.4 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos contados a partir da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento (“Data de Resgate das Debêntures”), o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do montante equivalente ao somatório das seguintes quantias (“Saldo de Resgate das Debêntures”): (a) do saldo da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate; e (b) do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração que seria devida pela Emissora caso tal pagamento em razão do resgate das Debêntures não ocorresse, conforme estimado pelo Agente Fiduciário (e informado à Emissora na data do resgate), entre a data do resgate (conforme abaixo definido) e a Data de Vencimento (considerando-se as Datas de Pagamento da Remuneração originais), trazidos a valor presente na Data de Resgate das Debêntures tendo por base a taxa de desconto equivalente a 100% (cem por cento) da última Taxa DI disponível. Fica também estabelecido que, para fins de apuração da Remuneração no cálculo do Saldo de Resgate das Debêntures, a última Taxa DI disponível será utilizada na fórmula de cálculo da Remuneração no lugar da Taxa DI; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em Circulação. Neste caso, as Debêntures farão jus, desde a data da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 6.15.4 até a data de seu integral pagamento, à nova remuneração definida pelos Debenturistas, segundo padrões de mercado, e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral, ainda que não aceita pela Emissora, e desde que referida remuneração tenha sido aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

6.15.6 Os Fiadores desde já concordam com o disposto na Cláusula 6.15.4 e seguintes, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários

à efetivação do disposto nas Cláusulas 6.15.3, 6.15.4 e 6.15.5 acima.

6.15.7 *Pagamento da Remuneração.* A Remuneração será devida desde a Data de Emissão e será paga trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro (ou em período superior ou inferior, com relação ao primeiro e último Período de Capitalização, conforme o caso), ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2015, ou no Dia Útil imediatamente subsequente, e, o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme tabela abaixo:

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO
1ª	15 de fevereiro de 2015
2ª	15 de maio de 2015
3ª	15 de agosto de 2015
4ª	15 de novembro de 2015
5ª	15 de fevereiro de 2016
6ª	11 de abril de 2016

6.16 *Cronograma Alternativo.* A exclusivo critério dos Debenturistas e na hipótese de a classificação de risco (*Rating*) das Debêntures divulgada pela Agência de *Rating* vir a ser, a qualquer momento, inferior a brBBB- ("Rating Trigger"), ficará a Emissora sujeita a um cronograma alternativo de vencimento ("Cronograma Alternativo");

- (a) a Emissora deverá realizar a amortização de (i) 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures em Circulação em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da ocorrência do *Rating Trigger* ("Primeiro Pagamento"); e (ii) os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do saldo devedor das Debêntures em Circulação em até 60 (sessenta) dias contados da ocorrência do *Rating Trigger* ("Segundo Pagamento");
- (b) o valor devido nesta hipótese será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Primeiro Pagamento e a data do Segundo Pagamento, conforme o caso;
- (c) em qualquer caso, as datas de pagamento do Cronograma Alternativo não poderão ser posteriores à Data de Vencimento; e
- (d) na hipótese de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) enquanto o Cronograma Alternativo estiver em vigor, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido), bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento.

6.17 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.18 *Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa.* As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo, observado o disposto na Cláusula 6.18.5 abaixo.

6.18.1 As Debêntures poderão ser amortizadas extraordinariamente, ou seja, fora da data para amortização nos termos da Cláusula 6.14 acima (“Amortização Extraordinária Facultativa”), a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 09 de maio de 2015 (inclusive), a critério da Emissora, mediante Comunicação de Amortização (conforme abaixo definido).

6.18.2 O valor da Amortização Extraordinária Facultativa devido pela Emissora será equivalente à (i) parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data da amortização; e (iii) de demais encargos devidos e não pagos até a data da amortização (“Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures”).

6.18.3 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, da realização da Amortização Extraordinária Facultativa, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.18.4 Para fins desta Cláusula 6.18, o comunicado de amortização extraordinária a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.24 abaixo, com 5 (cinco) dias de antecedência, deverá conter os termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa, incluindo necessariamente: (i) a respectiva data de Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) o percentual da Amortização Extraordinária Facultativa; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa (“Comunicação de Amortização”).

6.18.5 Fica, desde já, certo e ajustado, que a aprovação pela Emissora da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures em percentual superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou seu saldo, conforme o caso, ensejará, para fins de operacionalização da amortização na CETIP, a Amortização Extraordinária Facultativa da totalidade das Debêntures.

6.19 *Aquisição Facultativa.* Sujeito à concordância dos Debenturistas, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º e incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

6.20 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2,0% (dois por cento)

sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Encargos Moratórios”), além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

- 6.21 *Multa por Evento de Vencimento Antecipado e Inadimplemento de Obrigação Não Pecuniária.* Ocorrendo (i) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou em quaisquer das Garantias; ou (ii) qualquer Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da declaração do vencimento antecipado ou não das Debêntures pelo Agente Fiduciário, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, a Emissora ficará sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário nesse sentido em relação a cada ocorrência de cada obrigação não pecuniária inadimplida ou a cada Evento de Vencimento Antecipado conforme previsto nesta Cláusula 6.21.
- 6.22 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.23 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.23.1 a 6.23.7, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.23.5 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Vencimento Antecipado”):
- I. inadimplemento, por parte da Emissora ou pelos Fiadores, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, de quaisquer valores devidos sob o Cronograma Alternativo e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
 - II. descumprimento, pela Emissora ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, nas Garantias ou demais documentos relacionados às Debêntures, observados eventuais prazos de cura específicos descritos nas demais hipóteses desta Cláusula 6.23, que não seja regularizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que for enviado à Emissora diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas, individualmente ou em conjunto;
 - III. ocorrência de eventos que, com mero decurso de prazo, possam levar à ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado ou potencial declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou de outras dívidas da Emissora ou dos Fiadores (i) com valor individual ou combinado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (ii) com valor individual ou combinado igual ou superior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for menor;
 - IV. qualquer decisão judicial ou sentença arbitral condenando ou determinando o pagamento, pela Emissora, pelos Fiadores ou suas Afiliadas (conforme definido

abaixo), (i) de valor individual ou global, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (ii) de valor individual ou global, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for menor, desde que tal decisão judicial ou sentença arbitral não tenha sido suspensa ou revertida no prazo de até 30 (trinta) dias;

- V. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, os Fiadores e/ou suas Afiliadas sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidoras, e (i) cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (ii) cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for menor, salvo se, no prazo de 5 (cinco) dias contados do referido protesto, for validamente comprovado pela Emissora, pelos Fiadores ou pela respectiva Afiliada que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (iii) foi apresentada defesa tempestivamente e foram prestadas as devidas garantias em juízo, observadas as restrições contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. decisão(ões) judicial(is) determinando a execução de títulos contra a Emissora, os Fiadores ou suas Afiliadas ou condenando a Emissora, os Fiadores ou suas Afiliadas a pagamentos (i) cujo valor, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (ii) cujo valor, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for menor, desde que tal decisão não tenha sido suspensa ou revertida no prazo de até 30 (trinta) dias;
- VII. (i) dissolução, extinção, requerimento de autofalência ou da própria insolvência, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, ou adoção de qualquer medida para recuperação extrajudicial e/ou liquidação da Emissora, dos Fiadores ou suas Afiliadas; ou (ii) pedido de falência ou insolvência, ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, contra a Emissora, os Fiadores ou suas Afiliadas não elidido no prazo legal;
- VIII. cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) da Emissora ou dos Fiadores, exceto (i) no caso de cisão em que a parcela cindida tornar-se fiadora desta Escritura de Emissão, nos termos e condições aqui dispostos, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da operação de cisão; ou (ii) no caso de reorganização societária da Emissora que não resulte na alteração do número de ações detido pelos acionistas do bloco de controle da Emissora e desde que as sociedades resultantes desta reorganização tornem-se fiadoras desta Escritura de Emissão, nos termos e condições aqui dispostos, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da conclusão da reorganização societária;
- IX. transferência pela Emissora ou pelos Fiadores de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
- X. pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros, ressalvado apenas o pagamento, pela Emissora, se aplicável, do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, desde que (i) não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido

ajustado na forma ali prevista; (ii) não esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou evento que, mediante aviso ou decurso de tempo, possa se tornar um Evento de Vencimento Antecipado;

- XI. observado o quanto disposto no inciso X acima, não distribuição de dividendos declarados e não pagos até o último dia do exercício social seguinte à sua declaração;
- XII. pagamento de remuneração aos acionistas com relação a dividendos declarados e não pagos enquanto não distribuídos;
- XIII. exceto pelo plano de recompra de ações da Emissora atualmente em curso, conforme fato relevante divulgado pela Emissora em 26 de novembro de 2013, recompra, pela Emissora de ações ou formalização de compromisso futuro de recompra de ações na forma de opções em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- XIV. contratação de operações com derivativos pela Emissora em que as operações ativas tenham como referência o valor das ações de emissão da Emissora;
- XV. alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora ou pelos Fiadores de ativos permanentes, incluindo participações, direta ou indiretamente detidas por estas no capital social de suas Afiliadas, cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas ou que possa causar uma Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido);
- XVI. se, durante a vigência desta Escritura de Emissão (a) a Emissora dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou Gravame (conforme definido abaixo) sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais ou qualquer outra forma de disposição, ou (b) ocorra desapropriação ou confisco das Garantias Reais;
- XVII. caso a Fiança, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação a qualquer dos Fiadores, ou, ainda caso a Emissora, qualquer dos Fiadores ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Fiança e/ou quaisquer das obrigações de qualquer dos Fiadores nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme o caso;
- XVIII. se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, for constituída ou prestada pela Emissora ou pelos Fiadores qualquer garantia (real ou fidejussória), *security interest*, cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("Gravames") sobre bens ou direitos da Emissora ou dos Fiadores, exceto (i) Gravames decorrentes de arresto, penhora, sequestro ou qualquer outra forma de constrição decorrente de decisões administrativas, judiciais ou arbitrais ou garantia necessária para permitir a apresentação de defesa pela Emissora ou pelos Fiadores, desde que não recaiam sobre os bens e direitos onerados por meio dos Contratos de Garantia Real, e que sejam limitados a bens (y) em valor total igual ou inferior a

R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (v) em valor total igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for menor; e (ii) Gravames outorgados em operações com credores, financeiros ou não financeiros da Emissora, com valor agregado das operações limitado a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sendo que o valor em conjunto dos Gravames deverão corresponder a, no máximo, 115% (cento e quinze por cento) de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora com relação a tais operações;

- XIX. ocorrência de eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 15 (quinze) dias após sua ocorrência ou verificação e após sua respectiva notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- XX. não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Emissora, dos Fiadores ou de qualquer de suas Afiliadas e cuja não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão resulte ou possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados de tal não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora, o respectivo Fiador ou a respectiva Afiliada comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, do respectivo Fiador ou da respectiva Afiliada, conforme o caso, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença;
- XXI. qualquer declaração prestada nesta Escritura de Emissão e nas Garantias ou demais documentos relacionados às Debêntures seja inverídica, incorreta ou imprecisa em qualquer aspecto relevante;
- XXII. transformação da Emissora em outra forma societária, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXIII. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora, conforme indicado na Cláusula 3.1. desta Escritura de Emissão;
- XXIV. redução do capital social da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- XXV. se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, dos Fiadores ou de suas Afiliadas, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive por meio de reorganização societária que resulte em a Emissora, os Fiadores ou as Afiliadas passarem a ser controladas por pessoa ou entidade não pertencente ao atual grupo de controle na data de assinatura da presente Escritura de Emissão;
- XXVI. não manutenção, pela Emissora, de seus registros contábeis de forma precisa e

completa e sujeitos a auditoria por uma das seguintes empresas de auditoria: PriceWaterhouseCoopers, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes ("Auditores Independentes") ou ainda, caso os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos Auditores Independentes apresentem ressalvas ou parágrafos de ênfase;

XXVII. inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não pecuniária, ou declaração de vencimento antecipado de Dívidas (conforme abaixo definido) ou quaisquer obrigações financeiras da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer de suas Afiladas (i) cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (ii) cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for menor;

XXVIII. inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não pecuniária, ou declaração de vencimento antecipado de qualquer outro instrumento firmado pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer de suas Afiladas com o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ou qualquer sociedade pertencente ao seu grupo econômico, independentemente do valor envolvido;

XXIX. realização de operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;

XXX. não observância, pela Emissora, dos seguintes limites e índices financeiros, apurados e calculados, pelos auditores independentes da Emissora, trimestralmente ao término de cada trimestre do exercício social da Emissora, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2014 (inclusive), com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Índices Financeiros"):

(1) a relação entre a Dívida Líquida (conforme abaixo definido) e o EBITDA dos Últimos 12 (doze) Meses não poderá ser superior a:

TRIMESTRE	ÍNDICE FINANCEIRO
1T14	4,50x
2T14	4,50x
3T14	4,25x
4T14	4,00x
1T15	3,75x
2T15	3,75x
3T15	3,75x
4T15	3,75x
1T16	3,75x
2T16	3,75x

(2) a relação entre a Dívida Líquida (excluídos, para fins deste item, financiamentos contraídos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)) e o EBITDA dos Últimos 12 (doze) Meses não poderá ser superior a:

TRIMESTRE	ÍNDICE FINANCEIRO
1T14	2,50x
2T14	2,50x
3T14	2,50x
4T14	2,50x
1T15	3,00x
2T15	3,00x
3T15	3,00x
4T15	3,00x
1T16	3,00x
2T16	3,00x

- (3) a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 (doze) Meses e a Despesa Financeira Líquida no mesmo período não poderá ser inferior a:

TRIMESTRE	ÍNDICE FINANCEIRO
1T14	2,00x
2T14	2,00x
3T14	2,00x
4T14	2,00x
1T15	2,00x
2T15	2,25x
3T15	2,25x
4T15	2,50x
1T16	2,50x
2T16	2,50x

- (4) a relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido dos Últimos 12 (doze) Meses não poderá ser superior a:

TRIMESTRE	ÍNDICE FINANCEIRO
1T14	1,00x
2T14	1,00x
3T14	1,00x
4T14	1,00x
1T15	1,00x
2T15	1,00x
3T15	1,00x
4T15	1,00x
1T16	1,00x
2T16	1,00x

Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos terão os seguintes significados:

“Afiliada” significa, em relação a uma Pessoa (conforme abaixo definido), qualquer Pessoa que, direta ou indiretamente, é Controladora, Controlada, Coligada (conforme abaixo

definidos) ou está sob Controle (conforme abaixo definido) comum da Pessoa relevante ou de seus herdeiros.

"Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, deduzido de quaisquer saldos em caixa ou aplicações financeiras que estejam onerados ou segregados em favor de terceiros. O caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata onerados em garantia das Debêntures, inclusive o *Sinking Fund* disposto na Cláusula 7.1 abaixo, não integram, para todos os fins de direito, a definição aqui disposta.

"Coligada" significa sociedades nas quais a Pessoa tenha influência significativa.

"Controle" (inclusive o termo "Controlada" e "Controlador(a)") significa o poder por meio do qual qualquer Pessoa, diretamente ou indiretamente, seja titular de direitos que lhe assegurem participação nas deliberações sociais ou direção dos negócios de determinada Pessoa e o poder de eleger administradores de tal Pessoa, por meio de participação societária, contrato, acordo de voto, acordo de veto ou de qualquer outra forma.

"Despesa Financeira Líquida" significa (i) o somatório das despesas financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo, mas não se limitando a, despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontado de (ii) o somatório de receitas financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo receitas de aplicações financeiras e excluindo as receitas financeiras oriundas de contratos de mútuos com Partes Relacionadas (conforme abaixo definido). Ficam excluídos os valores referentes às variações cambiais ativas e passivas, inclusive decorrentes de transações de eventuais contratos de *hedge*.

"Dívida" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas, jurídicas e/ou entidades governamentais, incluindo, mas não limitado a, arrendamentos mercantis, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, dívidas tributárias, avais, fianças e garantias fidejussórias prestadas, valores a pagar a acionistas incluindo, mas não se limitando a mútuos, saldos a pagar líquidos de saldos a receber decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos, bem como operações de securitização de direitos creditórios de titularidade de uma Pessoa conforme registradas no balanço de tal Pessoa conforme os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

"Dívida Líquida" significa o montante de Dívida deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras.

"EBITDA" significa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em bases consolidadas, a diferença entre (A) o somatório de (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (B) resultado de equivalência patrimonial, apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros consolidados da Emissora ("Resultado de Equivalência Patrimonial").

"EBITDA dos Últimos 12 Meses" significa o somatório dos EBITDAs consolidados dos quatro últimos trimestres calendário encerrando-se na data de apuração.

"Mudança Adversa Relevante" significa um efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer de suas Afiliadas, ou da Emissora, dos Fiadores e das suas Afiliadas em conjunto.

"Parte Relacionada" significa a Emissora ou quaisquer de suas Afiliadas, Controladas, Controladoras diretas e indiretas ou coligadas, assim como qualquer administrador ou familiar (inclusive cônjuge) de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar (inclusive cônjuge) de qualquer das pessoas aqui referidas.

"Patrimônio Líquido" significa o montante de tal rubrica apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros consolidados da Emissora.

"Pessoa" significa um indivíduo, sociedade ou quaisquer outras formas de pessoas jurídicas (incluindo todos os tipos de sociedades empresárias e sociedades simples), parceria, associação, *trust*, fundo de investimento, *joint venture* ou qualquer outra entidade ou organização, incluindo um governo ou subdivisão política, ou ainda um departamento ou autarquia do mesmo, incluindo, sem limitação, todos os tipos de entidades regulamentadas pelos Artigos 40 a 69 do Código Civil, incluindo referências aos representantes legais e sucessores daquela Pessoa.

6.23.1 Para fins do disposto na Cláusula 6.23, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, após o recebimento das informações necessárias conforme cláusula 7.2 II (a) a (e) abaixo, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrando-se na data-base da apuração dos Índices Financeiros e operacionais em questão.

6.23.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese do evento previsto no inciso VII da Cláusula 6.23 acima, será a data em que ocorrer o referido Evento de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado e exigir o imediato pagamento do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos demais incisos da Cláusula 6.23 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.23.3 abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos").

6.23.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá, em até 15 (quinze) dias contados da data em que for constatada a ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado ou do fim do período de cura, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a

efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação de Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 1 (um) Dia Útil antes da data da realização da referida Assembleia.

6.23.4. No caso dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos, após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.23.3 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas que representem, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

6.23.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora ("Data de Pagamento de Vencimento Antecipado"), sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto na Cláusula 6.23, inciso I, caso em que os Encargos Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.23.5 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.23.6 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.23.5 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6.23.7. Não obstante o previsto nas Cláusulas acima, em caso de declaração de vencimento antecipado, o valor devido pela Emissora será o montante equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Vencimento Antecipado ("Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures").

6.24 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE) e nos jornais Brasil Econômico e Metrópole, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

6.25 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora ou para os Fiadores:

POSITIVO INFORMÁTICA S.A
Rua João Bettge, nº 5200

Curitiba, Paraná
At.: Lincon Lopes Ferraz
Telefone: +55 (41) 3316-7824
Fac-símile: +55 (41) 3316-7810
Correio Eletrônico: lr@positivo.com.br

II. para o Debenturista:

CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A., como gestor do Debenturista
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 11º andar (parte)
04542-000 São Paulo, SP
At.: Departamento Jurídico
Telefone: +55 (11) 3701-6800
Fac-símile: +55 (11) 3701-6911
Correio Eletrônico: lst.csbg-legal@credit-suisse.com

III. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Av. das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Cond. Downtown – Barra da Tijuca - RJ
At.: Antonio Amaro e Monique Garcia
Telefone: +55 21 3514-0000
Fac-símile: +55 21 3514-0099
Correio Eletrônico: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br
ger3.agente@oliveiratrust.com.br

IV. para o Banco Liquidante e ao Escriturador:

Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A.
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar
CEP: 04309-010 – São Paulo, SP
At.: Luiz Petito
Tel: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

V. para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663/ 1º andar
01452-001, São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

6.25.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio

eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

6.25.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

6.25.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.25.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

6.25.4 Os Fiadores nomeiam, de forma irrevogável e irretroatável, a Emissora como sua bastante procuradora para receber notificações e comunicações nos termos desta Escritura de Emissão. Fica desde já esclarecido que uma vez notificada/comunicada a Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, os Fiadores serão considerados como tendo sido notificados/comunicados nos termos desta Escritura de Emissão, cabendo à Emissora informar prontamente a respectiva pessoa da notificação/comunicação recebida.

6.26 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas no CETIP21 ou, ainda, por meio do Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.

6.27 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos.

6.28 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária, com exceção do Debenturista que seja fundo de investimento, o qual não precisará enviar qualquer documentação comprobatória de imunidade ou isenção tributária ao Banco Liquidante, ao Escriturador, ao Banco Liquidante ou à Emissora.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

7.1 *Sinking Fund.* A Emissora compromete-se, a partir do 4º (quarto) mês, inclusive, anterior à Data de Vencimento, a constituir e depositar, todo 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, em conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, mantida junto ao Banco Custodiante (“Conta Vinculada”), uma reserva de amortização equivalente a 15% (quinze por cento) do Valor de Emissão, mensalmente, de forma linear, de modo a atingir 60% (sessenta por cento) do Valor de Emissão na Data de Vencimento, nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

7.2 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. contratar a Agência de *Rating* para atribuir classificação de risco na modalidade *rating* ou *credit assessment* às Debêntures, obrigando-se a: (i) manter a Agência de *Rating* contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta mantenha atualizada a classificação de risco (*rating* ou *credit assessment*) que venha a ser atribuída às Debêntures, (ii) prestar todas as informações e documentos solicitados pela Agência de *Rating*, (iii) informar ao Agente Fiduciário qualquer alteração no *Rating* das Debêntures; e (iv) permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula de classificação de risco (*rating* ou *credit assessment*) das Debêntures e suas respectivas atualizações para os Debenturistas e o Agente Fiduciário ("Relatório de *Rating*"), observado que (x) a Agência de *Rating* deverá emitir e divulgar aos Debenturistas os Relatórios de *Rating*, no mínimo semestralmente, e (y) os valores devidos à Agência de *Rating* para os fins aqui previstos deverão ser pagos pela Emissora. A Emissora, desde já, para todos os fins de direito, renuncia a quaisquer direitos de confidencialidade com relação ao Relatório de *Rating* em favor do Agente Fiduciário e dos Debenturistas, comprometendo-se a entregar a estes o Relatório de *Rating* na mesma data que estiver disponível;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) (i) no prazo de até 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas por um dos Auditores Independentes, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Anuais");
 - (b) juntamente com as Demonstrações Anuais, declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, especialmente (i) com relação aos Índices Financeiros e detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, juntamente com memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade; e (ii) com relação à realização de operações com Partes Relacionadas em condições equitativas com as de mercado, podendo o Agente Fiduciário, em ambos os casos, solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários;
 - (c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, todas revisadas por um dos Auditores Independentes, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Trimestrais");

- (d) juntamente com suas Demonstrações Anuais ou Demonstrações Trimestrais, conforme o caso, relatório contendo a descrição detalhada dos instrumentos derivativos da Emissora e suas Controladas;
- (e) juntamente com suas Demonstrações Trimestrais, declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, especialmente (i) com relação aos Índices Financeiros e detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, juntamente com memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade; e (ii) com relação à realização de operações com Partes Relacionadas em condições equitativas com as de mercado, podendo o Agente Fiduciário, em ambos os casos, solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais relevantes que se fizerem necessários;
- (f) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (g) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos da Escritura de Emissão, bem como quaisquer informações que, razoavelmente, venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário, inclusive com relação às operações financeiras contratadas pela Emissora ou com relação ao desempenho financeiro da Emissora, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (h) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.24 acima;
- (i) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (j) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo e na Cláusula 6.23 acima;
- (k) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, nos prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (l) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, contadas do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação, conforme aplicável,

apresentado por terceiros contra si, os Fiadores e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, Controladoras, Controladas e/ou coligadas; e

- (m) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, contado da data em que tomar conhecimento de cada evento ou situação;
- III. submeter, na forma da lei, as Demonstrações Anuais a exame e as Demonstrações Trimestrais a revisão por qualquer dos Auditores Independentes;
- IV. conforme o caso, convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- V. informar, em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência, ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- VI. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VII. notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer deliberação ou intenção de deliberação dos acionistas da Emissora relativa a pagamentos, pela Emissora, de dividendos (inclusive, mas não se limitando, os dividendos sobre ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório) ou participação nos lucros, juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas ou sócios, conforme o caso ("Pagamentos aos Acionistas"), sendo certo que referida notificação deverá ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para qualquer Pagamento aos Acionistas;
- VIII. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- IX. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário;
- X. cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XI. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, a Agência de *Rating* e sistema de negociação no mercado secundário;
- XII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas e do Agente Fiduciário ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário nos termos da Escritura de Emissão;

- XIII. não constituir quaisquer subsidiárias que, em conjunto ou isoladamente, possuam ativos consolidados totais superiores ao menor entre (a) valor equivalente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora; ou (b) R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), salvo se estas tornarem-se fiadores desta Escritura de Emissão;
 - XIV. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
 - XV. não realizar operações com Partes Relacionadas exceto se em condições equitativas com as de mercado; e
 - XVI. não realizar quaisquer operações de compra e venda de ativos com credores de Dívidas da Emissora ou partes relacionadas de tais credores.
- 7.3 As despesas a que se refere o inciso XIII da Cláusula 7.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- I. publicação de relatórios, avisos, editais e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
 - II. emissão de certidões;
 - III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
 - IV. despesas com *conference call* e contatos telefônicos; e
 - V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.
- 7.4 O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do inciso XIII da Cláusula 7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
- 7.4.1 O ressarcimento das despesas de que trata a Cláusula 7.4 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.
- 7.5 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe

causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência. Todas as despesas constantes desta cláusula serão devidas pela Emissora e compartilharão das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão.

- 7.6 Adicionalmente ao disposto acima, os Fiadores se obrigam a, durante o prazo de vigência das Debêntures, não prestar qualquer tipo de garantia fidejussória (seja na forma de fiança, aval ou qualquer outra) ou garantia real que onere bens de titularidade dos Fiadores em benefício de credores da Emissora, nem celebrar quaisquer instrumentos que criem obrigações para os Fiadores potencialmente realizar pagamentos em benefício de credores da Emissora (incluindo, sem limitação, resgate, reembolso, etc.).

8 AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, as Garantias não se encontram devidamente constituídas e exequíveis, uma vez que ainda serão assinadas e estarão sujeitas aos competentes registros nos prazos previstos nas Cláusulas 2.1 (IV), 6.10 e 6.11.6 acima, sendo certo que na Data de Emissão somente deverão estar devidamente constituídas e exequíveis as garantias representadas pela Cessão

Fiduciária de Direitos Creditórios e pela Fiança, de forma que não foi possível verificar a suficiência das Garantias na data de assinatura do presente instrumento. Após a devida constituição das Garantias Reais, observados os prazos e condições dispostos em seus respectivos instrumentos, sua regularidade e suficiência serão devidamente verificadas;

- IX. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
 - X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - XI. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - XII. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos; e
 - XIII. não atua, nesta data, como agente fiduciário em quaisquer outras emissões de debêntures da Emissora ou de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, com base no organograma encaminhado pela Emissora, além da presente Emissão.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.
- 8.4 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.
- 8.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

- 8.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.7 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.
- 8.8 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na Junta Comercial junto com a presente.
- 8.9 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.24 acima.
- 8.10 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 8.11 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 8.12 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:
- I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:
- (a) parcelas mensais de R\$ 3.332,00 (três mil, trezentos e trinta e dois), sendo a primeira devida no 5º Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais a cada mês, no mesmo dia de pagamento da primeira parcela;
 - (b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela mensal mencionada;
 - (c) caso haja a necessidade de acompanhamento de mais uma conta vinculada, além da Conta Vinculada e da Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), a parcela mensal será acrescida de R\$ 200,00 (duzentos reais) por conta adicional;
 - (d) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela,

calculadas *pro-rata die*;

- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês e multa de 2,0% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
 - (f) as parcelas citadas na alínea “a” serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
 - (g) a remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência. A remuneração constante desta cláusula será devida pela Emissora e compartilhará das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão.
- II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive as despesas pagáveis pela Emissora nos termos dos Contratos de Garantia Real, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios;
- III. as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
- IV. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos

com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação;

- V. No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures; e
- VI. No caso de celebração de aditamentos a escritura de emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

8.13 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;

- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição das Garantias, incluindo a verificação do registro dos Contratos de Garantia Real nos competentes cartórios, conforme aplicável; (ii) a validade e exequibilidade das Garantias; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites eventualmente previstos nos instrumentos respectivos;
- IX. intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.24 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar o organograma, todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O referido organograma do grupo societário deverá conter, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures;
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário; e
- (iii) na CVM.

XVI. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no XV acima;

XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora

expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

- XVIII. coordenar a amortização das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
 - XIX. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
 - XX. verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de prestar as informações solicitadas pela Agência de *Rating* para atualização do relatório de classificação de risco (*Rating*) das Debêntures, nos termos do inciso I da Cláusula 7.1 acima;
 - XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP; e
 - XXII. disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora e validado pelo Agente Fiduciário, aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou se seu *website*.
- 8.14 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:
- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
 - II. executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
 - III. requerer a falência da Emissora;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.14.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso V acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

9 ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
- 9.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas. Neste sentido, será dispensada a convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.23.3, que contarem com a presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 9.5 Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.
- 9.5.1 Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata a Cláusula 6.15.4 acima), (iii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 55% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, no caso de alteração de Evento de Vencimento Antecipado cuja não declaração dependa da aprovação dos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.5.2 A renúncia à declaração de vencimento antecipado não automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.23.3 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.6 Para os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ou outras Partes Relacionadas ("Debêntures em Circulação").

- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10 DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

- 10.1 A Emissora e cada Fiador, conforme aplicável, neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:
- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto ou sociedade limitada, conforme o caso, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
 - II. tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir todas as respectivas obrigações neles previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - III. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
 - IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real, bem como as obrigações respectivamente previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - V. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas e a emissão das Debêntures não infringem ou contrariam (i) seus documentos societários; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento que estejam sujeitos ou quaisquer de seus bens e propriedades; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que a afete ou quaisquer de seus bens e propriedades;
 - VI. tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
 - VII. cumpre em todos seus aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; e estão, assim como suas controladas, obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos

órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- VIII. as demonstrações financeiras individuais da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada;
- IX. inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) exceto pelo disposto no formulário de referência da Emissora, qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante;
- X. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4 acima;
- XI. as informações fornecidas ao Agente Fiduciário são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- XII. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- XIII. não há qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, bem como com a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses previstas na Cláusula 6.23.7 e Cláusula 6.15.1.1;
- XV. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XVI. os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVII. é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XVIII. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às

Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;

- XIX. as obrigações de pagamento nos termos da Escritura de Emissão ou das Garantias, conforme o caso, não são subordinadas a quaisquer outros créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa (exceto pela prioridade ou titularidade conferida ao Debenturista sobre os Contratos de Garantia Real), serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos quirografários detidos (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora ou dos Fiadores e créditos garantidos por outras garantias permitidas nesta Escritura de Emissão);
- XX. não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Debenturista e/ou ao Agente Fiduciário e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado;
- XXI. exceto com relação a processos judiciais não provisionados, não possui quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que possam causar uma Mudança Adversa Relevante; e
- XXII. não há quaisquer operações nas quais os Fiadores prestem quaisquer garantias pessoais e/ou corporativas, exceto por operações realizadas dentro do grupo econômico da Emissora entre sociedades Controladas por esta.

10.2 A Emissora e os Fiadores, cada um, conforme aplicável, neste ato declara que, em cada data de integralização das Debêntures, de acordo com o previsto nesta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:

- I. as declarações prestadas na Cláusula 10.1 acima permanecem válidas, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes; e
- II. a emissão das Debêntures e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia Real não infringem ou contrariam qualquer contrato ou documento relevante para seus negócios, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos.

11. **RENÚNCIA**

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão

de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e/ou dos Fiadores, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou dos Fiadores nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 12.1 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

- 13.1 Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as partes, e deverá ser igualmente registrada na Junta Comercial e nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos competentes.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores, sendo certo que o Debenturista não assume nenhuma responsabilidade pela integralização das Debêntures, podendo, após satisfeitos os requisitos da cláusula 2 acima, integralizar ou não, seja total ou parcialmente, as Debêntures, a seu exclusivo critério.
- 14.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 14.3 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja elaboração permanecerá como obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 14.4 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.
- 14.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em

Assembleia Geral.

- 14.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 14.7 A Emissora e os Fiadores obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.

15. LEI APLICÁVEL E FORO

- 15.1 Esta Escritura de Emissão será regida pelas leis do Brasil.
- 15.2 As Partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para conhecer e dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes da presente Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Curitiba, 30 de abril de 2014.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA POSITIVO
INFORMÁTICA S.A. N.º CSBRA20140400151 – PÁGINA DE ASSINATURAS 1/5.**

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(REstante desta página intencionalmente deixado em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A. N.º CSBRA20140400151 – PÁGINA DE ASSINATURAS 2/5.

POSITIVO INFORMÁTICA DA AMAZÔNIA LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(REstante desta página intencionalmente deixado em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA POSITIVO
INFORMÁTICA S.A. N.º CSBRA20140400151 – PÁGINA DE ASSINATURAS 3/5.**

POSITIVO INFORMÁTICA DA BAHIA LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(REstante desta página intencionalmente deixado em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A. N.º CSBRA20140400151 – PÁGINA DE ASSINATURAS 4/5.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(REstante desta página intencionalmente deixado em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA POSITIVO
INFORMÁTICA S.A. N.º CSBRA20140400151 – PÁGINA DE ASSINATURAS 5/5.**

CRÉDITO CORPORATIVO BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS,
representado por seu gestor CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:

(REstante desta página intencionalmente deixado em branco)